

O QUE FALTA PARA O AJUSTE FISCAL

REFORMA TRIBUTÁRIA

O texto-base com o relatório do deputado Mussa Demes (PFL-PI) foi votado e aprovado na terça-feira pela comissão especial que trata do assunto. Faltam agora ser apresentados e votados os destaques. É nesse ponto que a reforma enfrenta seu impasse. O governo não concorda com o texto de Mussa Demes que foi aprovado. A cúpula da Comissão Especial de Reforma Tributária, ao contrário, quer mantê-lo. Para solucionar essas diferenças, uma comissão tripartite (formada por representantes do Executivo, da comissão especial e por secretários estaduais de Fazenda) foi criada. O impasse pode fazer com que a reforma, proposta em 1995, seja novamente adiada.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

As regras para os cálculos das futuras aposentadorias estão muito próximas de ser colocadas em prática. A proposta já foi votada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e será agora sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

COBRANÇA PREVIDENCIÁRIA PARA SERVIDORES INATIVOS

A cobrança previdenciária já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Agora, está sendo analisada por uma comissão especial também da Câmara. Depende ainda, porém, de muitas negociações políticas para encontrar uma fórmula consensual. Existe controvérsia sobre o mérito da matéria e também

sobre o valor da faixa da parcela de isenção para a cobrança, fixada na proposta original em até R\$ 600 – o relator da proposta, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), estuda até a retirada completa desse ponto do projeto, alegando que o valor ficaria defasado caso constasse da lei.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A proposta é polêmica dentro do Congresso Nacional, porque estabelece punições para os administradores que não conseguirem gerir bem seus recursos. O projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e está agora na comissão especial. O relator Pedro Novais (PMDB-MA) ainda está concluindo o seu relatório.